

SILVA, VÍTOR MANUEL DE AGUIAR E. *COLHEITA DE INVERNO – ENSAIOS DE TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIAS. COIMBRA: EDIÇÕES ALMEDINA, 2022.*

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v15i29p389-395>

Leonardo Zuccaro ¹

Colheita de inverno – ensaios de teoria e crítica literárias (Coimbra: Almedina, 2020), obra que foi agraciada na ocasião da 32ª edição do Prêmio Camões em 2020, reúne 35 textos divididos em três partes temáticas (Parte I – “Ensaaios de Teoria Literária; Parte II – Ensaaios Camonianos; Parte III – Ensaaios sobre Literatura Portuguesa), dentre artigos, ensaios, intervenções e discursos elaborados e compostos por um dos mais respeitados acadêmicos portugueses, Vítor Manuel Pires de Aguiar e Silva, falecido recentemente, no dia 12 de setembro de 2022. Contudo, antes de prosseguir, vale advertir que, devido ao grande volume de capítulos, ao invés de comentá-los um a um, a exposição que nos propomos a efetuar nesta resenha será de ordem mais geral.

Os textos que integram o volume de 568 páginas foram redigidos entre os anos de 1995 e 2019, mas sobretudo durante as duas primeiras décadas dos anos 2000, contando inclusive com alguns capítulos inéditos. Em conjunto, formam um grande painel expositivo do vasto campo de interesse do autor e demonstram a erudição de quem leu e escreveu muito, bem como a dedicação às letras de alguém que foi consagrado também como docente, já que marcou história na Universidade de Coimbra e na Universidade do Minho.

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

A metáfora sazonal presente no título do livro, *Colheita de inverno*, embora pessimista, é lida positivamente pelo autor como uma espécie de reação “antimorte”. Como explica a quarta capa,¹ o título indica duas mortes que se aproximam: a do próprio autor, devido à sua idade avançada à época da edição do livro, e da literatura como instituição sociocultural medular do Ocidente, sobretudo durante os séculos XIX e XX. Considerando o ensaio que abre o volume, “A pós-teoria: eclipse ou metamorfose da teoria?” (p. 9-23)², o inverno não se aplicaria somente à vida do autor e à literatura, mas também à própria teoria literária, cuja morte o autor, nesta espécie de exórdio, tentava reprimir.

Malgrado agrupe trabalhos mais recentes do autor, trata de temas e interesses acumulados ao longo de toda a sua vida intelectual. Vítor Aguiar e Silva estreou com a sua tese de doutorado, *Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa*, que saiu impressa em 1971 pelo Centro de Estudos Românicos (Coimbra), e é hoje uma referência teórica para os estudos de poesia portuguesa tardo-quincentista e seiscentista. Podemos lembrar que o seu grande mérito foi o de iluminar uma quantidade significativa de poemas até então pouco ou nada conhecidos, perdidos em códices depositados em bibliotecas e arquivos portugueses. Tal empenho filológico era até então equiparável somente ao trabalho que fora empreendido 20 anos antes por Maria de Lourdes Belchior Pontes (PONTES, 1953). Aguiar e Silva revisita sua tese em dois capítulos: “A poética da alegoria e o Barroco” (p. 211-244), texto base para a intervenção que fez durante o “Encontro Internacional – D. Francisco Manuel de Melo e o barroco peninsular”, em 2008;³ e “Para a revisão do conceito de Maneirismo” (p. 323-343), que retoma uma das bases de sua tese, na qual defende o Maneirismo não como um termo pejorativo que identificaria um período de transição entre o Renascimento e o Barroco, mas uma categoria periodológica independente que inclui autores como Luís Vaz de Camões, Elói de Sá Soto Maior, Diogo Bernardes, Antônio Ferreira, Pero de Andrade Caminha, Vasco Mouzinho, Francisco Rodrigues Lobo, etc.

¹ Cf. quarta capa: “Foi contra este pessimismo cultural que foram escritos os ensaios deste volume, todos eles procurando conhecer e explicar as formas e os sentidos que, desde há quase trinta séculos, constituem a literatura – memória do Ocidente e voz insubstituível da liberdade, dos sonhos e das misérias do homem”.

² Quando a referência se tratar da obra aqui resenhada, não indicaremos o ano.

³ Esta conferência já havia sido publicada em livro fruto desse encontro internacional, promovido pelas Universidade do Porto e Universidade de Coimbra (cf. ANACLETO; AUGUSTO; SANTOS 2010, p. 95-117).

As categorias periodológicas também são um tema presente em todas as três partes que dividem o volume, revelando quase que uma obsessão do autor. Além de constar nos já citados “Para a revisão do conceito de Maneirismo” e “A poética da alegoria e o Barroco”, tais categorias estão em textos como “*Sin poética hay poetas: ensaio de poética histórica sobre a fortuna da lírica ocidental*” (p. 173-193), em que apresenta uma história sinóptica, mas muito erudita, do conceito de “lírica” desde as suas origens na mélica grega arcaica, até o seu entendimento como poesia subjetiva pelo Romantismo e como fruto do *Erlebnis* moderno. As categorias periodológicas também são evidentes em capítulos como “Sobre alguns tropos subjacentes aos conceitos de clássico e classicismo” (p. 73-90) e “A constituição da categoria periodológica de Modernismo na literatura portuguesa” (p. 423-451).

A insistência do emprego dessas categorias e da análise tropológica para identificar supostos “estilos de época”, ⁴de certo modo, destoa de outra constante presente nos ensaios aqui apresentados, que é a minúcia arqueológica de conceitos. Abundam sobretudo na “Parte I”. Por exemplo, para iniciar a discussão proposta no ensaio “A ideia de literatura nacional” (p. 25-53), Aguiar e Silva se dispõe a historicizar os conceitos indicados, lançando mão, portanto, das definições de “literatura” (trazendo à tona seu étimo latino desde Cícero e Quintiliano, quando *litteratura* não possuía ainda o sentido restritivo de “belas letras” identificado a partir do século XVIII) e de “nação” (desde o latim *natio*). Outro caso está no ensaio seguinte, “A ideia de ‘*Weltliteratur*’” (p. 55-72), que pode ser lido como continuação expansiva do precedente e que explora o famoso conceito cunhado por Goethe, de acordo Johann-Peter Eckermann. Ou ainda a

⁴ A defesa do uso de termos que definem períodos literários é mais bem exposta pelo autor em outra obra, de grande uso em universidades em Portugal, na Espanha e, embora com menos difusão, no Brasil, *Teoria da literatura* (SILVA, 2021), hoje na 22ª reimpressão da 8ª edição. A sua visão não é hegeliana ou circular, rechaçando, portanto, a teoria de Eugenio D’Ors. Seu entendimento sustenta-se a partir de pressupostos estruturalistas, segundo os quais a literatura é um processo semiológico que prevê normas e convenções, as quais variam cronologicamente pois são fenômenos históricos e sociais. Cf. Silva (2021), p. 413: “No tempo histórico de uma determinada comunidade literária, em função de factores intra-sistémicos – memória do sistema, entropia, etc. – e de factores intersistémicos – correlação do sistema literário com outros sistemas semióticos culturais e com o metassistema social –, ocorrem segmentos cronológicos, de duração variável, durante os quais a produção e a recepção de textos literários são caracterizadas predominantemente por um certo vocabulário, certos códigos e uma certa metalinguagem que configuram o que se designa por *estilo de época*”.

exploração do termo “clássico” desde Aulo Gélíio em “Sobre alguns tropos subjacentes aos conceitos de clássico e classicismo” (p. 73-90), e de “cânone” a partir do grego *kanōn* no ensaio “Em busca de um cânone literário para a língua portuguesa” (p. 113-136). Esse último, de certa maneira, retoma a ideia de literatura nacional para discutir os limites de uma literatura lusófona, considerando as literaturas brasileira e timorense, e das literaturas pós-coloniais africanas, mas que revela alguma inabilidade do autor quando trata de questões que se deslocam de seu espaço europeu.

Por um lado, esta minúcia, além de instrutiva, é exemplar de um método não utilizado somente pelo autor,⁵ mas que aos poucos vai sendo perdido por uma espécie de retorno a (ou permanência persistente de) análises impressionistas. Portanto, é um método que demonstra a importância de se racionalizar e historicizar todos os conceitos empregados, a fim de que não sejam esquecidos ou banalizados pelo seu uso indiscriminado; por outro lado, revela um dos poucos defeitos do volume, que é uma repetição constante de alguns argumentos ou informações. Comparem-se “Na lexia *literatura nacional* figura uma palavra, *literatura*, com uma história semântica multissecularmente complexa, desde o seu étimo latino (*litteratura*), atestado em autores como Cícero [...] e como Quintiliano” (p. 25), e “O vocábulo «literatura», na sua existência histórica ao longo de 21 séculos, desde Cícero até os dias de hoje, tem sido uma palavra portadora de forte movência semântica” (p. 55); ou ainda “Do conceito de *classicus scriptor*, formulado, como veremos, pelo gramático e polímata latino Aulo Gélíio (século II d.C.)” (p. 73), “figurando o sintagma *classicus scriptor*, na sua primeira atestação conhecida, num passo célebre das *Noctes Atticae* (19, 8, 15) do polígrafo Aulo Gélíio, que viveu no século II d.C.” (p. 116), e, como se não bastasse, “o adjetivo ‘clássico’ aparece utilizado pela primeira vez (*classicus scriptor*) na obra *Noctes Atticae* do polígrafo latino Aulo Gélíio (c. 130-c. 180)” (p. 257).

Há outras recorrências desse tipo de problema ao longo do livro. Por um lado, como o próprio subtítulo explica, trata-se de uma reunião de ensaios,⁶ e os textos devem ser lidos como tal, independentes entre si, não como capítulos; por outro, a disposição dos textos indica uma ligação

⁵ O procedimento de expor a arqueologia dos conceitos é compartilhado por João Adolfo Hansen, para darmos um exemplo brasileiro.

⁶ Ao fim do volume ainda há uma tábua referenciando a procedência de cada ensaio (p. 565-568).

lógica e programática, traçando, portanto, um plano de leitura sequencial. Um exemplo disso é o fluxo de temas abordados na “Parte I”, partindo às vezes de conceitos circunscritos para conceitos amplos (exemplos: literatura nacional – literatura universal, classicismo – clássico – cânone etc.), ocorrendo inclusive em ensaios inéditos *ad hoc*, como os já citados “A ideia de literatura nacional” (p. 25-53) e “A ideia de ‘Weltliteratur’” (p. 55-72). Outro indício é a disposição dos ensaios da “Parte III”, aquela concernente à literatura portuguesa, claramente cronológica. Apresentamos a seguir a relação temática: III.1. A *Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcelos; III.2. Luís António Verney; III.3. Categoria periodológica do Modernismo em Portugal; III.4. Fernando Pessoa; III.5. O romance *A Casa Grande de Romarigães* (1957), de Aquilino Ribeiro; III.6. O poema “Morte ao Meio-Dia”, de Ruy Belo; III.7. Os ensaios literários de David Mourão-Ferreira; III.8. Aspectos da poética de Manuel Alegre; III.9. A poesia de Albano Martins; III.10. Carta a Albano Martins; III.11. Francisco d’Eulália; III.12. O antipositivismo de Antônio José Saraiva; III.13. Discurso que Vítor Aguiar e Silva proferiu na ocasião do Prêmio Morgado de Mateus a Vasco Graça Moura. O problema poderia ter sido evitado se se tivesse ajustado a organicidade do volume. Contudo, o incômodo gerado certamente não afeta a qualidade individual dos ensaios, pois parece ter sido uma escolha mais editorial que autoral, e não raro ocorre com outras publicações afins. Além disso, é mais persistente na “Parte I”.

A “Parte II – Ensaio Camonianos” representa outro campo de estudo no qual o autor é hoje consagrado. Além do já citado “Para a revisão do conceito de Maneirismo” (p. 323-343), que não trata estritamente da obra de Luís Vaz de Camões, mas a inclui, estão “Luís Vaz de Camões: alegoria da Ilha dos Amores” (p. 345-360), ensaio a respeito dos dois últimos cantos do poema heroico de Camões;⁷ “A dedicatória de *Os Lusíadas* e a hermenêutica do poema” (p. 361-376), em que apresenta um belo estudo das estâncias de 6 a 18 do Canto I, considerando a sua posição exordial sob a luz de tratados poéticos quinhentistas; “O canto poético camoniano como epitáfio” (377-390) oferece uma crítica textual do soneto “Cara minha inimiga, em cuja mão”; “Uma joia da bibliografia camoniana” (p. 391-396), no qual Vítor Aguiar e Silva descreve algumas características

⁷ Aguiar e Silva já tratou do mesmo temas em outros dois ensaios, os quais estão publicados em *Camões: labirintos e fascínios* (1999).

ecdóticas da famosa edição de 1817 do poema de Camões feita pelo Morgado de Mateus.

Constituída de apenas cinco ensaios, é a seção mais curta do livro, mas é também a única a se dedicar ao estudo de um só autor, o que indica a importância deste campo de estudos lusófonos para a representatividade da obra de Vítor Aguiar e Silva. O autor está devidamente entre os mais importantes camonistas, tendo já publicado duas recolhas de ensaios dedicadas aos estudos camonianos (*A lira dourada e a tuba canora* e *Camões: labirintos e fascínios*), além de ter coordenado a publicação do essencial *Dicionário de Luís de Camões*.

Já a propósito da “Parte III”, os capítulos, embora sejam mais enxutos em relação aos das outras partes, revelam uma face já conhecida mas pouco lembrada do autor, isto é, dos estudos de literatura portuguesa do século XX. Dos capítulos que podem ser destacados está o “Para uma leitura geocrítica de *A casa grande de Romarigães*” (p. 489-501), no qual há uma análise da importância do espaço físico no romance de Aquilino Ribeiro, não nos termos de um positivismo tardio, segundo o qual o espaço físico e social determinariam o caráter das personagens, mas sob a luz da geocrítica. Outro destaque está em duas cartas, que incrementam a variedade de gêneros discursivos presentes no livro: uma é endereçada ao poeta Albano Martins (p. 543-547); a outra, configura um prefácio epistolar ao livro *66 poemas & 11 repetições* de Francisco d’Eulália (p. 549-552).

Colheita de inverno pode servir como convite ao aprofundamento dos temas tratados. E isso se dá não só devido à volumosa bibliografia a que o autor faz referência, mas também por seu poder de concisão notável, mormente nas exposições diacrônicas de conceitos, apesar das repetições já apontadas. Portanto, é uma publicação salutar, mesmo que dos dois objetivos do autor, ou seja, o embate contra a morte da literatura e contra a sua própria morte, o primeiro tenha malogrado. Afinal, não se revive a literatura pela crítica literária, nem é papel do crítico salvá-la da morte. Já com o segundo objetivo, Aguiar e Silva nem precisava se incomodar: o conjunto de sua obra já o colocava na primavera.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, Marta Teixeira (coord.); AUGUSTO, Sara (coord.); SANTOS, Zulmira (coord). *D. Francisco Manuel de Melo e o barroco peninsular*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Ediciones Universidad Salamanca, 2010.

PONTES, Maria de Lourdes Belchior. *Frei António das Chagas – um homem e um estilo do séc. XVII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1953.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. *Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. *Camões: labirintos e fascínios*. 2ª edição. Lisboa: Edições Cotovia, 1999.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e Silva. *A lira dourada e a tuba canora*. Lisboa. Edições Cotovia, 2008.

SILVA, Vítor Aguiar e Silva. *Teoria da literatura*. 8ª edição, 22ª reimpressão. Coimbra: Edições Almedina, 2021.

Recebido em 30 de junho de 2022

Aprovado em 9 de agosto de 2022

Licença: 

Leonardo Zuccaro

Doutorando em Literatura Portuguesa na Universidade de São Paulo. Graduado em Grego (2016) e Mestre em Literatura Portuguesa (2019) pela Universidade de São Paulo. Desde 2022, é membro pesquisador do Centro Internacional e Multidisciplinar de Estudos Épicos (CIMEEP).

Contato: leonardo.zuccaro@usp.br

: <https://orcid.org/0000-0002-9717-4933>